

gional do Alentejo Central, por despacho de 21-11, do Diretor Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo, com efeitos a 18-10;

15-06-2007 a 17-10-2012 — Desempenhou funções de técnico analista de projetos agroindustriais no âmbito do PRODER e de coordenador, para o Alentejo, da componente 2 do PRODER, na Direção de Serviços de Inovação e Competitividade da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo;

10-05-1988 a 14-06-2007 — Exerceu funções de análise de projetos no âmbito dos Regulamentos Comunitários, essencialmente na área das Agroindústrias — Reg. (CEE) 355/77, 866/90 e 867/90, Medida 5 (5.1 e 5.2), Medida 2 (Estruturas Vitivinícolas), Medida 4 (Certificação dos Sistemas de Qualidade das Empresas Agroalimentares) do PAMAF, Medidas 2, 3.4 e 3.5 do Programa AGRO, Ação 2 do Programa AGRIS, MARE e componente 2 do PRODER, na Direção Regional do Alentejo, Serviço Regional de Évora, do ex-IFADAP, I. P.

310679076

## MAR

### Gabinete da Ministra

#### Despacho n.º 7397/2017

Considerando que o artigo 18.º do Estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado, aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação em vigor, estabelece que os titulares dos cargos de direção superior de 2.º grau são recrutados de entre indivíduos com licenciatura concluída à data de abertura do concurso há, pelo menos, oito anos, vinculados ou não à Administração Pública, que possuam competência técnica, aptidão, experiência profissional e formação adequadas ao exercício das respetivas funções;

Considerando que a citada disposição legal estabelece ainda que o recrutamento dos mencionados dirigentes é feito por procedimento concursal, conduzido, sob proposta do membro do Governo com poder de direção ou de superintendência e tutela sobre o serviço ou órgão em que se integra o cargo a preencher, pela Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública;

Considerando encontrar-se vago, face ao estatuído na alínea *i*) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação em vigor, o cargo de Subdiretor-Geral da Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos;

Considerando ainda que, em caso de vacatura do cargo e de forma a assegurar o normal funcionamento dos serviços, mostra-se adequado o recurso ao regime da designação em substituição, ao abrigo do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação em vigor, sendo necessário e urgente proceder à designação de um novo titular, de forma a assegurar o normal funcionamento deste serviço até à conclusão do respetivo procedimento concursal;

1 — Designo, ao abrigo das competências conferidas pela alínea *b*) do n.º 3 do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 251-A/2015, de 17 de dezembro, em regime de substituição, nos termos do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação em vigor, a Licenciada Susana Rita Gomes Simões Baptista, para exercer o cargo de Subdiretor-Geral da Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos, a que se refere a segunda parte do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 49-A/2012, de 29 de fevereiro, que aprovou a respetiva orgânica;

2 — Para efeitos do disposto no n.º 16 do artigo 19.º da referida Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua atual redação, o presente Despacho e, bem assim, a nota curricular da designada, em anexo, são publicados no *Diário da República*.

3 — O presente despacho produz efeitos a 1 de agosto de 2017.

28 de julho de 2017. — A Ministra do Mar, *Ana Paula Mendes Vitorino*.

#### Nota curricular

Susana Rita Gomes Simões Baptista, nascida em 1974. Licenciada em Direito (1997) pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Pós-graduada em Ciências Jurídicas (2009) pela Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa. Concluiu com aproveitamento a 10.ª Edição do Curso de Estudos Avançados em Gestão Pública (2010), promovido pelo anteriormente designado Instituto Nacional de Administração, I. P. Concluiu com aproveitamento o 1.º ano do Mestrado

em Administração Pública (2010), pelo ISCTE — Instituto Universitário de Lisboa, Escola de Sociologia e Políticas Públicas. Pós-graduada em Ciência da Legislação e Legística (2016), pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Concluiu com aproveitamento o estágio na Ordem dos Advogados, Conselho Distrital de Lisboa.

De setembro de 2016 a julho de 2017, exerceu o cargo de Técnica Especialista do Gabinete da Ministra do Mar do XXI Governo Constitucional. É quadro superior do Instituto da Segurança Social, I. P. desde agosto de 2010. Exerceu funções, até setembro de 2016, no Gabinete de Assuntos Jurídicos e Contencioso, tendo prestado assessoria ao respetivo Conselho Diretivo nas mais diversas áreas do direito. Em simultâneo, exerceu funções como advogada, em regime de exclusividade, para o Instituto da Segurança Social, I. P., tendo assegurado o patrocínio judiciário, designadamente, em processos de contencioso administrativo e tributário. Exerceu funções como representante do ISS, I. P. junto das instituições europeias. Desempenhou, desde outubro de 2013, funções como coordenadora da Equipa de Recuperação de Pendências de recursos hierárquicos do Gabinete de Assuntos Jurídicos e Contencioso. Foi membro e coordenadora de diversos grupos de trabalho de elaboração de instrumentos de harmonização de procedimentos internos e em matéria legislativa. De maio de 2001 a fevereiro de 2004 desempenhou funções de coordenadora de formação no setor privado, ao nível da coordenação, acompanhamento e avaliação de planos de formação financiados pelo Fundo Social Europeu, designadamente os projetos formativos da Direção-Geral de Serviços Prisionais — Centro de Formação Penitenciária e da Direção-Geral da Administração da Justiça. De janeiro a maio de 2001 desempenhou funções de assessoria jurídica na Direção-Geral da Administração da Justiça. Ao longo do seu percurso profissional, participou como formadora em diversas ações no domínio das relações interpessoais mas também na área do direito, especialmente administrativo.

310686033

#### Despacho n.º 7398/2017

1 — Ao abrigo do disposto na alínea *c*) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo como Técnica Especialista a licenciada Isabel Sofia de Moura Ramos, do quadro de pessoal da Administração do Porto de Lisboa, S. A.

2 — Para efeitos do disposto na alínea *d*) do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, a designada desempenhará funções de assessoria na sua área de especialização.

3 — Para efeitos do disposto no n.º 6 do artigo 13.º do referido decreto-lei, o estatuto remuneratório da designada é equivalente ao estabelecido para o cargo de adjunto.

4 — Para efeitos dos n.ºs 12 e 13 do artigo 13.º do referido decreto-lei, os encargos com a remuneração da designada são assegurados pelo serviço de origem e pelo orçamento do meu gabinete.

5 — Para efeitos do disposto na alínea *a*) do artigo 12.º do referido decreto-lei, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho, que produz efeitos a 11 de abril de 2017.

6 — Publique-se no *Diário da República* e promova-se a respetiva publicitação na página eletrónica do Governo.

28 de julho de 2017. — A Ministra do Mar, *Ana Paula Mendes Vitorino*.

#### Nota Curricular

Dados Pessoais:

Nome Completo: Isabel Sofia de Moura Ramos

Nacionalidade: Portuguesa

Nasceu em Aveiro, 05-08-1975

Formação Académica:

Conclusão do plano curricular do Programa Doutoral em “Marketing e Estratégia” pela Universidade de Aveiro;

Pós-Graduação em Gestão de Informação pela Universidade de Aveiro;

Pós-Graduação em Gestão de Marketing pelo IPAM-Aveiro;

Licenciatura em Economia (Pré-Bolonha) pela Universidade da Beira Interior.

Experiência Profissional:

Desde 2016 Membro da Associação Internacional de Economistas Marítimos (IAME);

De 2015 a 2017 Diretora Executiva da Agência Portuguesa de Transporte Marítimo de Curta Distância;

Desde 2014 Técnica Superior na Direção de Terminais Portuários e Logística da APL, S. A.;

De 2012 a 2013 Formadora no Curso de Gestão Portuária no IS-CIA — Instituto Superior de Ciências da Informação e Administração;

Desde 2015 Formadora na Escola Europeia de Short Sea Shipping;

De 2009 a 2013 Técnica Superior na Direção de Área Desenvolvimento de Negócios da APFF, S. A.;

De 2006 a 2013 Técnica Superior na Direção da Área de Desenvolvimento de Negócios da APA, S. A.;

De 2002 a 2004 Técnica Superior no Gabinete de Apoio à Estratégia e Marketing da APA, S. A.;

De 2001 a 2002 Técnica Superior na Direção de Coordenação Portuária da APA, S. A.

310685126

#### Despacho n.º 7399/2017

1 — Ao abrigo do disposto na alínea *a*) do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 janeiro, exonero do cargo de Técnica Especialista do meu Gabinete, a seu pedido, a licenciada Susana Rita Gomes Simões Baptista, para a qual foi nomeada através do meu Despacho n.º 12414/2016, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 198, de 14 de outubro de 2016.

2 — O presente despacho produz efeitos a 31 de julho de 2017.

3 — Publique-se no *Diário da República* e promova-se a atualização da página eletrónica do Governo.

28 de julho de 2017. — A Ministra do Mar, *Ana Paula Mendes Vitorino*.

310684981

#### Despacho n.º 7400/2017

1 — Ao abrigo do disposto na alínea *a*) do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 janeiro, exonero do cargo de Técnico Especialista do meu Gabinete, a seu pedido, o licenciado André Miguel dos Santos Vargues Gomes, para o qual foi nomeado através do meu Despacho n.º 12072/2016, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 194, de 10 de outubro de 2016.

2 — O presente despacho produz efeitos a 1 de junho de 2017.

3 — Publique-se em *Diário da República* e promova-se a atualização da página eletrónica do Governo.

28 de julho de 2017. — A Ministra do Mar, *Ana Paula Mendes Vitorino*.

310683514

#### Despacho n.º 7401/2017

Considerando que:

A Portaria n.º 113/2016, de 29 de abril aprovou o Regulamento do Regime de Apoio à Constituição de Seguros das Populações Aquícolas, ao abrigo da prioridade do XXI Governo Constitucional de apoio à aquicultura e da orientação comunitária no n.º 2 do artigo 6.º do Regulamento (EU) n.º 508/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de maio de 2014, relativo ao Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas, identificando o respetivo artigo 5.º as espécies piscícolas abrangidas pelo seguro aquícola;

De acordo com o artigo 26.º da citada portaria, pode ser determinada, por despacho, a extensão do Seguro Aquícola a outras espécies de organismos vivos aquáticos;

A enguia, bem como o esturjão, irão ser produzidos em estabelecimentos aquícolas, tendo o setor solicitado, recentemente, a possibilidade de celebração de seguro de produção aquícola quanto a ambas as espécies;

Assim, nos termos do artigo 26.º da Portaria n.º 133/2016, de 29 de abril, determino o seguinte:

1 — A possibilidade de celebração de seguro aquícola, nos termos previstos na portaria, é estendida às espécies piscícolas da enguia e do esturjão;

2 — O presente despacho produz efeitos relativamente à celebração de novos contratos de seguros;

3 — O presente despacho entra em vigor no dia seguinte ao da sua assinatura.

31 de julho de 2017. — A Ministra do Mar, *Ana Paula Mendes Vitorino*.

310685629

#### Despacho n.º 7402/2017

1 — Ao abrigo do disposto na alínea *c*) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo como Técnico Especialista do meu Gabinete o Capitão-de-Mar-e-Guerra José Nuno dos Santos Chaves Ferreira da Marinha Portuguesa, com produção de efeitos desde 29 de maio de 2017.

2 — Para efeitos do disposto na alínea *d*) do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, o designado desempenhará funções de assessoria na área de relações internacionais.

3 — Ao abrigo do disposto no n.º 8 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, o designado opta pelo estatuto remuneratório de origem, com observância do limite legalmente previsto.

4 — Para efeitos dos n.ºs 12 e 13 do artigo 13.º do referido decreto-lei, os encargos com a remuneração do designado são suportados pelo serviço de origem, mediante acordo deste.

5 — Para efeitos do disposto na alínea *a*) do artigo 12.º do mesmo decreto-lei, a nota curricular do designado é publicada em anexo ao presente despacho.

6 — Publique-se no *Diário da República* e promova-se a respetiva publicitação na página eletrónica do Governo.

16 de agosto de 2017. — A Ministra do Mar, *Ana Paula Mendes Vitorino*.

#### Nota curricular

O comandante Nuno Chaves Ferreira nasceu em Lisboa, tem 53 anos de idade e 34 anos de serviço. Ingressou na Escola Naval em 1982, tendo concluído a licenciatura em Ciências Militares Navais, classe de Marinha, em 1987.

Especializou-se em Comunicações, e possui, entre outros, o Curso Geral Naval de Guerra, a Licenciatura em Relações Internacionais do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa e frequenta, atualmente, o doutoramento em Relações Internacionais na mesma Universidade.

No mar desempenhou cargos em várias unidades navais, destacando-se os comandos do NRP *Limpopo*, de julho de 1992 a novembro de 1993, do NRP *Honório Barreto*, de setembro de 2000 a março de 2002, e do NRP *Augusto Castilho*, de março de 2002 a outubro de 2002.

Em terra, desempenhou funções de Ajudante de Ordens do Almirante Chefe de Estado-Maior da Armada e, posteriormente, de Ajudante de Campo do Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, até julho 1997. Chefiou, depois, a Secção de Operações do Estado Maior da Armada, de julho de 1997 a julho 2000. Foi professor na Escola Naval, onde lecionou as disciplinas de Organização e Operações Navais, e exerceu as funções de Chefe do Departamento de Formação de Marinha, de setembro de 2003 a maio de 2005. Fora da estrutura das Forças Armadas desempenhou funções de Conselheiro do Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar, até junho de 2006, e de Adjunto do Secretário de Estado dos Assuntos Europeus, no Ministério dos Negócios Estrangeiros, de junho de 2006 a junho 2008. Foi colocado na Representação Permanente de Portugal junto da U.E. onde exerceu as funções de Representante Nacional no Grupo Político Militar e no Grupo da Política Marítima Integrada, até agosto de 2011. Nesta data regressou ao Estado-Maior da Armada como Chefe de Gabinete do Vice-Almirante Chefe do Estado Maior da Armada, tendo em outubro de 2012 assumido a chefia a Divisão de Recursos onde permaneceu até setembro de 2015. De setembro 2015 até julho de 2016 frequentou o Curso de Promoção a Oficial General, tendo a partir dessa data tomado posse como chefe de gabinete do Diretor-Geral da Autoridade Marítima, onde permaneceu até 28 de maio de 2017. É membro da Sociedade de Geografia de Lisboa.

Da sua folha de serviços constam vários louvores e condecorações, de que se destacam quatro Medalhas de Serviços Distintos, uma Medalha de Mérito Militar, uma Cruz Naval, uma Medalha de Comportamento Exemplar e uma Medalha de Comissões de Serviço Especiais, com a legenda Guiné 1998.

310724013

#### Louvor n.º 285/2017

Louvo o Dr. André Miguel dos Santos Vargues Gomes pelo seu sentido de dever, excelente desempenho profissional, lealdade, capacidade de relacionamento com toda a equipa e a constante disponibilidade e perspicácia com que desempenhou as funções de técnico especialista do meu Gabinete que em muito contribuiu para poder cumprir a minha missão.

28 de julho de 2017. — A Ministra do Mar, *Ana Paula Mendes Vitorino*.

310686488